

## João Semedo e Francisco Louçã no distrito de Viseu, onde ouviram utentes e profissionais do SNS

21-Set-2010

Louçã e Semedo em Manhouce: encontro com moradores sobre o encerramento do posto de saúde. Fotos de Paulete Matos.

O deputado do Bloco de Esquerda João Semedo esteve, esta segunda-feira, nos concelhos de Santa Comba Dão, Nelas, São Pedro do Sul e Viseu para se &ldquo;inteirar das várias realidades vividas pelos utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS)&rdquo; deste distrito.

Durante a visita a Manhouce, São Pedro do Sul, Francisco Louçã integrou a delegação que já contava com a presença do deputado João Semedo. Aí os deputados ouviram as queixas e as preocupações de cerca de 150 pessoas desta povoação que viu recentemente fechar a sua extensão do centro de saúde, ficando sem acesso a consultas médicas.

Numa intervenção, Louçã acusou o Governo de olhar para a saúde &ldquo;com despreocupação&rdquo;; destruindo o acesso à saúde no mundo rural, por razões de desorganização dos serviços.

&ldquo;Enquanto houver um Serviço Nacional de Saúde que não tem um médico de família para responder a cada família em Portugal, o serviço está incompleto e é insatisfatório&rdquo;; sublinhou.

Francisco Louçã considera que devem ser dados passos decisivos no próximo Orçamento do Estado. No entanto, defende que isso se faz “com rigor orçamental, poupando onde se deve e não retirando o atendimento de um médico às populações”, disse, exemplificando depois com a decisão que o Governo tomou, em aumentar os medicamentos, que “traz aos cofres do Estado 200 milhões de euros, mas que serão retirados às famílias mais pobres”.

“Houve medicamentos que duplicaram e triplicaram o seu preço nos regimes especiais dos idosos mais pobres”, apontou Louçã.

O Bloco quer que as pessoas possam escolher a embalagem do seu medicamento, pois assim pagariam menos e viveriam melhor, poupando o Estado 200 ou 300 milhões de euros.

Louçã defendeu ainda que Portugal precisa de mais médicos, sugerindo que se convidem estudantes portugueses de Medicina, a estudar em Praga ou Madrid. “Há 2 500 estudantes portugueses que estão em Praga ou Madrid a estudar e que podem ser convidados a vir para este país com um contrato no Serviço de Saúde e um ordenado que garanta a formação na especialidade e, assim, dê uma resposta ao país no seu conjunto”, alegou.

“Portugal tem capacidade humana, se os recursos forem bem utilizados, não precisará do FMI”, comentou.

“Teremos uma melhor utilização dos nossos profissionais, que responderão às populações e evitarão as situações desesperadas, como as da população de Manhouce, que precisa de fazer 25 ou 30 quilómetros quando tiver alguma dificuldade de saúde”, referiu Louçã.

O Bloco defende que o país precisa de um serviço público de saúde com qualidade, junto das populações. E “não de um negócio que enriqueça algumas clínicas privadas”, afirmou Louçã, prometendo lutar por uma resposta directa a esta questão no próximo Orçamento do Estado.